

ARTIGO

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino*

Mariana de Oliveira Lima**

Universidade Estadual Paulista

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p292-313

resumo

O artigo explora uma das lacunas nos estudos da escravidão, a presença e o problema da criança escrava, a partir de um estudo historiográfico que por meio de divisões temáticas entre tráfico transatlântico, sociabilidade escrava e comércio interno, discute a partir dos escritos de Manolo Garcia Florentino, as contribuições feitas pelo autor, como também os caminhos de metodologia e fontes possíveis para um estudo aprofundado dos infantes cativos no período que compreende o século XIX.

PALAVRAS-CHAVES: Escravidão; Florentino; Manolo; Historiografia; Infância.

*Agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Alexandre de Ferreira e a Prof. Dra. Larissa Biato de Azevedo pelas orientações e ajuda na conclusão deste trabalho, fruto de uma Iniciação Científica financiada pela CNPq. Por fim agradeço a meus familiares pelo apoio incondicional e aos meus colegas de pesquisa do grupo "Leviatã e o Cativeiro", em tempos de isolamento e afastamento, são pontos de refúgio e acolhimento.

**Bacharela e licenciada pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita - Câmpus Franca (UNESP), membro do grupo de pesquisa "Leviatã e o Cativeiro". Contato: mariana.o.lima@unesp.br

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

Introdução

De 1550 a aproximadamente 1850, os portos brasileiros, especialmente aqueles localizados em Salvador e no Rio de Janeiro, foram o cenário de um intenso comércio de almas negras. Milhões de homens e mulheres africanos, entre adultos, idosos e crianças, tiveram suas vidas transformadas pelo tráfico transatlântico, que no Brasil perdurou até o século XIX.

Os horrores da escravidão, do tráfico e as configurações tomadas pela sociedade brasileira durante o período em que vigorou a escravidão foram e ainda são temas essenciais para a História. No que diz respeito aos fatores internos e externos¹ referentes a longevidade e configurações do comércio de almas, os estudos em muito avançaram. Entretanto, os historiadores têm se voltado ao perfil dos traficantes², às trajetórias dos africanos desembarcados ilegalmente nos portos do Império e florescem atualmente as investigações historiográficas sobre o crime de “redução à escravidão” previsto no Código Criminal do Império, aprovado em 1830.

O esforço em relação ao aprofundamento da compreensão desse delito, em que crianças e mulheres livres de cor foram as mais frequentes vítimas, recoloca o foco sobre grupos minoritários inseridos no regime

¹ Os seguintes trabalhos articularam fatores internos aos externos ao analisar o contrabando: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; Id. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

² A título de exemplificação, ver o estudo de: SARAIVA, Luiz Fernando; SANTOS, Silvana Andrade dos; PESSOA, Thiago Campos. *Tráfico & traficantes na ilegalidade: o comércio proibido de escravos para o Brasil (c. 1831-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2021.

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

escravista através do tráfico. Todavia, o enfoque nestes grupos como necessidade historiográfica já havia sido apontado anteriormente. Há cerca de uma década o historiador Rafael Domingos de Oliveira, a partir da publicação “A criança negra escravizada no Brasil: aproximações teóricas, tramas historiográficas”, apontava a falta de estudos relacionados à criança escrava no Brasil. Na mesma época, alguns nomes da historiografia começaram a se dedicar justamente a essa problemática.

Entre os inúmeros historiadores responsáveis pela construção da trama histórica que tange o tema da escravidão e do tráfico transatlântico, o nome Manolo Garcia Florentino (1958-2021) deixou marcas indeléveis na escrita da História.

O presente artigo, busca, entendendo o pioneirismo e/ou inovações da leitura de Manolo Florentino apresentar um mapeamento da presença da criança³ escrava na produção historiográfica do autor. Identificando e analisando os usos escolhidos para o corpus documental utilizados por Florentino, bem como as abordagens e interlocutores presentes nos textos do historiador ao se debruçar no estudo das crianças, africanas e descendentes. É também intuito deste texto demonstrar as especificidades, semelhanças e diferenças no trato entre crianças e adultos no tráfico de africanos para o Brasil.

A motivação inerente à produção deste trabalho está intrinsecamente ligada ao silenciamento da criança escrava como objeto

³ A baliza aqui é por Florentino determinada como criança considera o indivíduo do nascimento até cerca de 14 anos de idade, tendo em vista a carga de trabalho imposta a estes. O assunto será abordado com mais aprofundamento à frente.

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

possível de pesquisa. Em sua última obra publicada em conjunto com Carlos Eduardo Valencia Villa: "As crianças na dinâmica do tráfico interno de escravos a partir da cidade do Rio de Janeiro (1809-1834)", algumas problemáticas e descalabros historiográficos são levantados (alguns são respondidos) pelos autores e ressurgem neste artigo; Quais as particularidades do tráfico interno dentro do território brasileiro pré-1850? Qual era a extensão da dinâmica de funcionamento e lógica empresarial do tráfico marítimo e terrestre? Tratando especificamente da demografia daqueles traficados, qual foi o papel desempenhado por crianças escravas em um cenário de constante pressão para o fim do comércio negreiro internacional? Questões essas a serem aprofundadas futuramente, tratando ainda das lacunas historiográficas existentes entre os grupos minoritários inseridos no regime escravista através do tráfico, em particular aqueles aqui descritos como crianças.

Explicitada a conjuntura do 'estado da arte' referente a presença das crianças cativas dentro da historiografia brasileira, o presente artigo busca apontar a presença ou ausência desta figura dentro da obra de Florentino. Observar este 'novo' sujeito histórico, a partir dos estudos do historiador fluminense, no que é hoje ainda um campo pouco explorado pode oferecer, a partir das leituras a seguir, um possível norte aqueles que buscam se dedicar ou que se dedicam ao estudo da criança escrava no Brasil a partir dos escritos de Manolo Garcia Florentino.

As crianças do Atlântico

A partir desta seção trataremos sobre a presença ou ausência das crianças nos escritos referentes ao tráfico transatlântico. O primeiro

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

trabalho essencial a essa análise é “Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro” publicado pela primeira vez em 1995 como tese para obtenção do título de doutoramento de Manolo Florentino. O trabalho se firmou como um dos clássicos da historiografia sobre a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos, e sendo assim, será trabalhado de forma mais aprofundada nesta análise.

Esta que é considerada a obra mais extensa de Florentino: contou com um corpus documental centrado nos anúncios de jornais de época⁴, complementar a isto, podemos listar o uso de inventários post-mortem de moradores que viviam em meios rurais e urbanos; as escrituras públicas de compra e venda, registro substancial das operações mercantis ocorridas no período entre 1798 e 1835, e por fim registro de saída de tropas com escravos do mercado carioca para regiões interioranas entre 1822-1833. (Florentino, 1995, p. 14-17)

Entre os objetivos da tese, vale destacar o intento do autor em desvendar a lógica empresarial para, a partir dela, entender os nexos entre os traficantes com a sociedade, a economia e o Estado (Ibid, 1995, p.10). O texto de Florentino se destaca por oferecer uma forma alternativa aos três grandes eixos historiográficos no qual o tráfico costumava ser abordado. (Ibid, 1995, p. 22-24)

⁴ Especificamente os volumes dos seguintes títulos: Diário do Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, Gazeta do Rio de Janeiro, Espelho, Volantim, Diário do Governo, Diário do Rio de Janeiro, e Diário Fluminense.

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

Passando a tratar mais especificamente do objeto de estudo desta pesquisa, a primeira menção aos infantes⁵, entre 0 e 14 anos, aparece em uma tabela de flutuações das taxas dessas crianças entre escravos adultos no Rio de Janeiro de 1790-1835 (*Ibid*, 1995, p. 30). Nesta primeira menção, Florentino, tinha o objetivo de destacar o predomínio de escravos adultos entre os cativos. Esta nota a respeito dos infantes na obra *Em Costas Negras*, marca o tom utilizado de forma geral em toda a tese sobre as crianças.

As próximas menções a respeito desse grupo demográfico aparecem para demarcar as diferenças de gênero e idade entre os africanos cativos. Dessa forma, em relação aos africanos recém-desembarcados, os infantes eram cerca de 4% do total, porém, os africanos entre 10 e 14 anos figuraram como o terceiro maior contingente etário (*Ibid*, 1995, p. 59-60). Os dados apresentados por Florentino ressaltam o cenário de uma demografia escrava estruturalmente desequilibrada (maioria homens adultos, com alta mortalidade), baixa presença e interesse comercial de crianças escravas.

No que diz respeito às duas primeiras divisões textuais feitas por Manolo em sua tese - *Parte I: Do tráfico de almas para o Brasil*, *Parte II: Da demanda e oferta*, dimensões e dinâmica interna, todas as menções a infantes foram apresentadas. A *Parte III: Da lógica do traficante* - poucas informações ele forneceu sobre a questão do infante, os dados eram

⁵ A flutuação entre o uso da palavra infante e criança é empregado considerando-se que durante a escrita de “Em Costas Negras” o uso da expressão ‘criança’ não foi encontrado, entretanto é um termo a ser utilizado posteriormente em outros escritos de Florentino a serem analisados.

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

esparsos e se concentraram a pequenos números, por exemplo, de “crias de pé”, no espaço de um navio negreiro. A quarta divisão da tese: *Das relações do tráfico com a sociedade e a economia do Rio de Janeiro*, apresentou resultados semelhantes às anteriormente mencionadas.

Para além disso, ainda que a criança, ou infante, não apareça como destaque, e de forma geral seja brevemente mencionada no decorrer do texto, os apêndices produzidos durante a pesquisa e produção de *Em costas negras* trazem diversos dados e análises possíveis. Entre eles o apêndice 6¹⁵, intitulado “Distribuição, por idade e sexo, dos escravos africanos exportados por via terrestre e marítima a partir do Valongo e do porto da cidade do Rio de Janeiro, 1822-1833” apresenta, a partir do Códice 425 do Arquivo Nacional, o número de infantes e a porcentagem destes dentro da lógica do tráfico negreiro. Os dados demonstram que a presença dos infantes perfaz 20,4% dos escravos, dos quais 57 eram meninos e 23 meninas. Este primeiro dado traz à luz e desmistifica a ideia de que a presença de crianças no tráfico de escravos era nula ou quantitativamente inexpressiva.

O segundo artigo de Florentino que se propõe a correlacionar o tráfico transatlântico e os infantes possui um hiato de 23 anos entre a produção anterior, entretanto os dados apresentados ampliam as percepções iniciadas na tese de doutorado de Manolo e constroem novas conexões entre as costas e o oceano. Intitulado “Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil. 1810-1850”, publicado pela primeira vez em 2016, traz um aprofundamento na questão da criança escrava. É o segundo texto com a autoria de Florentino que comprehende

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

esse assunto de forma específica e o segundo também elaborado em parceria com outro pesquisador especialista em escravidão. Em colaboração com Carlos Valencia Villa, o trabalho produz um novo panorama a respeito da Lei Feijó⁶ e insere uma conexão entre uma crítica historiográfica e a presença de crianças africanas no tráfico negreiro.

As fontes utilizadas para a produção da pesquisa foram novamente os inventários *post-mortem* de donos de fazenda do século XIX, correspondências ambos documentos disponibilizados pelo Arquivo Nacional⁷, há para a produção do texto também dados do The Atlantic Slave Trade Database: Voyages (TASTD).

No que diz respeito à abordagem metodológica, o texto traz à tona as dificuldades da análise de dados sobre a criança escrava⁸, a principal delas sendo a falta desses dados, não há uma sistematização das fontes disponíveis. Nas palavras dos autores:

Embora forneça a quantidade de africanos desembarcados no Brasil para todo o período 1791-1850, apenas até o primeiro decênio do século XIX o TASTD registra de modo sistemático as porcentagens de infantes entre eles. Daí em diante esse tipo de informação praticamente desaparece da documentação luso-brasileira. (Villa, 2016, p. 4)

Das contribuições deste artigo, podem-se destacar as seguintes: a possibilidade de que as pressões exercidas a partir do paulatino estrangulamento do tráfico atlântico pelos ingleses, tenham funcionado, e a resposta do mercado interno brasileiro se voltou ao aumento da

⁶ Promulgada em 7 de novembro de 1831, pelo então Imperador Dom Pedro I, esta lei é comumente conhecida na historiografia brasileira como “lei para inglês ver”.

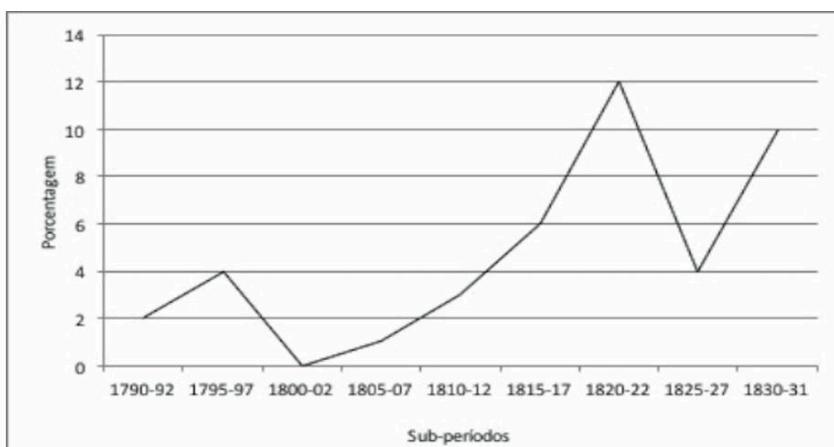
⁷ ARQUIVO NACIONAL, Real Junta do Comércio, caixa 449, pacote 1.

⁸ A partir dos estudos mais recentes de Florentino, o termo criança se torna comum.



**No rastro da criança escrava:
os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino**
Mariana de Oliveira Lima

presença de crianças e mulheres, numa tentativa de “maximizar os potenciais reprodutivos” (*Ibid*, 2016, p. 11) como representado no gráfico abaixo:



Obs: Amostragem – 25 fazendas e 1.054 escravos entre 1790 e 1807; 49 fazendas e 2.618 escravos entre 1810 e 1826; 17 fazendas e 839 escravos entre 1826 e 1831.

Gráfico 1 - Participação (%) de crianças de ambos os sexos entre os escravos africanos das fazendas de 20 ou mais, Rio de Janeiro, 1790-1831. Fonte: Valencia Florentino, 2016.

Da interpolação dos dados cruzados com os navios que tinham destino ao Brasil e foram reconduzidos a Serra Leoa os resultados mostram um cenário que, apesar da manutenção e contínua preferência por cativos adultos do sexo masculino, a presença daquilo que os autores traduziram de muleques para criança⁹, se torna cada vez mais proeminente:

⁹ A discussão pode ser melhor aprofundada em (*Ibid*, 2016, p. 6).

**No rastro da criança escrava:
os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino**
Mariana de Oliveira Lima

	1790-1807		1810-1825		1826-1830	
FAIXA DE TAMANHO DE PLANTEL	1-9	+20	1-9	+20	1-9	+20
% DE ESCRAVOS DETIDOS	19,8	50,7	9,5	75,4	11,6	74,3
TAXA GERAL DE AFRICANIDADE	58,1	42,3	59,9	65,0	64,7	48,1
TAXA DE MASCULINIDADE ENTRE OS AFRICANOS	64,2	63,1	56,8	73,8	65,8	67,2
TAXA DE MASCULINIDADE ENTRE OS CRIOLOS	59,0	50,5	54,4	54,8	57,1	51,9
TAXA GERAL DE MASCULINIDADE	61,6	54,4	55,2	67,5	61,6	59,5
% DE INFANTES (0-14 ANOS)	27,1	30,8	25,2	22,0	26,1	30,2
% DE ADULTOS (15-40 ANOS)	51,1	51,8	50,8	57,7	60,4	55,5
% DE IDOSOS (+ 41 ANOS)	21,8	17,4	24,0	20,3	13,5	14,3
TAXA DE DEPENDÊNCIA	0,96	0,93	0,97	0,73	0,66	0,80
CRESCIMENTO ANUAL DO TRÁFICO	0,35		2,40		4,50	

Tabela 1 - Variação das taxas (%) de crescimento médio anual do tráfico, da africanidade, da masculinidade, da participação dos grandes grupos etários, e da posse de cativos (por faixas de tamanho de plantéis de escravos), agro fluminense, 1790-1830.

Fonte: Valencia, Florentino, 2016.

Famílias e sociabilidades escravas

A exposição a seguir se concentra em dois eixos temáticos essenciais, de que forma Florentino abordou o que poderia ser a criança como indivíduo e os espaços de sociabilidade escrava. O próximo texto essencial a este tear é a publicação feita em conjunto com o Dr. José Roberto Pinto de Góes, frequente colaborador nos textos de Florentino.

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

Publicado pela primeira vez no livro organizado por Mary Del Priore, *História das Crianças no Brasil*. Este foi um dos primeiros trabalhos de Manolo, ainda que em coautoria, a tratar especificamente da criança escrava como possibilidade de objeto historiográfico. Não por acaso o ensaio foi frequentemente citado em trabalhos focados na presença do infante na história da escravidão.

O enfoque deste ensaio é a criança escrava observada na realidade agrária do Rio de Janeiro, de acordo com os autores “as que viveram e morreram” (FLORENTINO, 2007, p. 178). A partir desse recorte, Florentino e Góes trazem novas perspectivas sobre a demografia dos infantes utilizando como fonte inventários *post-mortem* datados de 1789 a 1830 e os livros de batismo do mesmo período.

Entre esses dados devemos ressaltar que, em média, as crianças representavam duas a cada dez cativos e que os números variam entre fazendas mais ou menos afastadas do mercado de escravos. Na leitura realizada pelos autores, o aspecto mais fundamental ao estudo de infantes não era o comércio ou participação destas dentro do sistema escravista, mas sim os dados de fecundidade das cativas e a mortalidade infantil.

Um aspecto que é levantado por Florentino e por Góes, mas que possui ampla possibilidade de estudo, é a existência de propriedades cujas escravarias eram unicamente formadas por crianças ou possuíam estas como maioria. A percepção de que os infantes teriam pouco valor ou participação dentro da escravidão, mas, ao mesmo tempo, a constatação da existência de fazendas que só possuíam crianças escravas,

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

parece algo contraditório.

Outro ponto essencial no processo de formação das crianças escravas era a catequização. Somados à entrega à comiseração de Deus, o adestramento delas era também realizado pelo trabalho: o objetivo era a formação de um escravo e o aprendizado de um ofício. (*Ibid*, 2007, p. 184)

Questão anteriormente levantada por este artigo, Florentino e Góes encontraram uma possível solução para enfim determinar o que constituiria uma criança escrava:

Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia. O mercado valorava as habilidades que aos poucos se afirmavam. Entre os quatro e os 11 anos, a criança ia tendo o tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho que levava o melhor e o mais do tempo, diria Machado de Assis. Aprendia um ofício e a ser escravo: o trabalho era o campo privilegiado da pedagogia senhorial. Assim é que, comparativamente ao que valia aos quatro anos de idade, por volta dos sete um escravo era cerca de 60% mais caro, e por volta dos 11, chegava a valer até duas vezes mais. Aos 14 anos a frequência de garotos desempenhando atividades, cumprindo tarefas e especializando-se em ocupações era a mesma dos escravos adultos. (*Ibid*, 2007, p. 185)

Refletir sobre a baliza de idade para definir o que é ou não uma criança na história está intrinsecamente ligado às percepções do que a sociedade e o tempo entendiam como infante. Entre as interpretações possíveis, o parâmetro de perda da infantilidade para um cativo utilizado foi a mensuração da capacidade de trabalho. Somadas às cargas laborais, outro ponto que caberia um estudo mais aprofundado, mas ainda não se encontra na historiografia, diz respeito às “pequenas humilhações e

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

grandes agravos" (Ibid, 2007, p. 186) as quais estavam submetidas as crianças escravas.

De forma conclusiva, Florentino e Góes, assim como em outros trabalhos, se voltam à questão monetária, focalizando o discurso e sua análise histórica na quantificação e estudo pecuniário das crianças escravas. De todo modo, abrem espaço, nesse ensaio, para a seguinte discussão historiográfica: "Todo crioulo havia sido uma criança escrava, e uma infância escravizada produzia um adulto peculiar. Eles estavam certos: também pelo adulto se pode conhecer a criança que não é mais" (Ibid, 2007, p. 188).

O próximo trabalho a ser abordado é outro considerado célebre na produção historiográfica de Florentino, *A paz nas senzalas*, publicado pela primeira vez em 1997, senzalas soma os esforços e dados recolhidos por Florentino e José Roberto Góes para um estudo sobre o papel da família escrava no Brasil. Interseccionando a família escrava com os dados sobre o tráfico atlântico de escravos no período de 1790 a 1850, o estudo tem como pano de fundo o mundo rural fluminense.

As fontes utilizadas para esse trabalho foram variadas. Entre as principais destacam-se os inventários post-mortem¹⁰. De forma secundária, podemos listar o uso de testamentos, processos-crimes, registros de batismo, correspondências, crônicas e relatos de viagem.

¹⁰ Inventários presentes no Arquivo Nacional, especialmente aqueles com os anos terminados zero, um, cinco, dois, seis e sete, e um exemplar de 1789, no período que compreende de 1790 a 1830, somando os registros de cerca de 6.620 cativos. A seleção dos inventários foi baseada, especialmente naqueles que continham informações simultâneas sobre sexo, idade, naturalidade, preço e condições de saúde.

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

Os principais conceitos discutidos ao longo desta obra giram em torno de dois eixos: apresentar a possibilidade da existência da família escrava e relacionar este objeto ao tráfico atlântico e às flutuações da população africana no Brasil. A partir destas duas premissas, Florentino e Góes ofereceram uma contribuição historiográfica inovadora, por construir a seguinte argumentação:

[...] a família escrava não era de modo algum mero epifenômeno, nem estava diluída no escopo patriarcal dos proprietários. Tampouco sucumbia à violência nem era, primariamente, um veículo de controle senhorial. Pelo contrário, ao caracterizar-se enquanto meio de organização e pacificação dos cativos, ela lhes fornecia sólidos pilares para a construção/reconstrução de padrões mentais e de comportamento próprios de uma cultura afro-brasileira. (Florentino, 1997, p. 37)

A primeira parte do estudo foca no debate historiográfico, nas fontes e justificativas para a existência e formulação do trabalho; a segunda parte busca expor os dados levantados, os quais interessam ao presente artigo, uma vez que tais dados apontam para a presença dos infantes e suas correlações com o tamanho das fazendas e escravarias as quais estes eram cativos; a concepção do que seria o sentimento de uma família entre escravos; e para os perfis possíveis destas famílias e o mantimento da integridade desta família escrava. Na terceira parte da obra, que encerra o estudo, é uma soma das análises sociais feitas durante o decorrer do livro e os dados levantados pelos historiadores.

Tratando especificamente da criança, os resultados desta primeira fase de produção, que incluem o objeto em questão, são escusos, escassos e trazidos à tona em pequenas citações ou de forma tímida entre as páginas. Todavia, ao somá-los a investigação e conjuntura formada por

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

Florentino e Góes, é possível traçar o que pode ter sido a realidade enfrentada pelos infantes¹¹.

A título de exemplo, a seguinte tabela é pertinente ao cômputo dos dados elaborado pelos autores, ferramentas que podem gerar pontos de partida para a análise da criança escrava, sendo os principais pontos a serem destacados, a presença constante dos escravos de 0-14 anos no decorrer do tráfico transatlântico, em especial quando correlacionado ao crescimento das taxas de adultos e ao crescimento do tráfico:

¹¹ É interessante observar, que ao contrário do livro “Em Costas Negras”, o termo criança aparece no decorrer do texto, há ainda uma clara predileção para o termo infante, entretanto no decorrer da escrita, há a presença corriqueira da expressão ‘criança’.

**No rastro da criança escrava:
os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino**
Mariana de Oliveira Lima

Faixa de tamanho de plantel	1790-1807		1810-25		1826-30	
	1-9	+20	1-9	+20	1-9	+20
Escravos detidos	19,8	50,7	9,5	75,4	11,6	74,3
Taxa geral de africanidade	59,0	48,1	59,9	61,7	61,7	48,1
Taxa de masculinidade entre os africanos entre os crioulos	64,2 59,0	63,1 50,5	56,8 54,4	73,8 54,8	65,8 57,1	67,2 51,9
Taxa geral de masculinidade	61,6	56,6	55,2	65,7	62,6	59,8
Infantes (0-14 anos)	27,1	30,8	25,2	22,0	26,1	30,2
Adultos (15-40 anos)	51,1	51,8	50,8	57,7	60,4	55,5
Idosos (+ de 41 anos)	21,8	17,4	24,0	20,3	13,5	14,3
Taxa de dependência	0,96	0,93	0,97	0,73	0,66	0,80
Crescimento do tráfico	0,35		2,40		4,50	

Tabela 2 - Variação das taxas de crescimento médio anual do tráfico, da africanidade, da masculinidade, da participação dos grandes grupos etários e da posse de cativos por faixa de tamanho de plantel de escravos (1790-1830) (em %). Fonte: Florentino, 1997.

Apesar das altas taxas de mortalidade, a presença dos infantes sempre se mantém em porcentagens estáveis de 20 a 30% no crescimento médio anual. As taxas de africanidade são trazidas com frequência no decorrer do estudo, pois, de acordo com Florentino e Góes, havia constantemente um sentimento de inimizade entre os escravos, seja por cor ou origem étnica.

Daquilo que pode ser inferido, como o “sentimento de ser membro de uma família entre escravos” (Ibid, 1997, p. 61) há complicações metodológicas: o cruzamento de famílias não pode ser feito a partir dos nomes devido à falta de informações nas fontes; os registros de batismo



No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

pouco discriminam as relações entre os pais e filhos¹². Fato é, para Florentino e Góes, a partir dos registro acima mencionados:

A família escrava se abria, pois, e, no contexto específico da escravidão, tal abertura tinha um sentido eminentemente político. Na verdade, o que se buscava era aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para o que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes aos outros senhores, e em casos eventuais, com alguns proprietários. (Ibid, 1997, p. 76)

O foco no texto são essencialmente as relações matrimoniais. Contudo, ainda que não tenha sido possível captar especificamente em alguns inventários, como o de José Cardoso dos Santos e Cosme dos Reis, ambos inventários expostos na Tabela 3, os pais que viviam com seus filhos em plantéis, é possível resgatar “além dos casais com filhos e mães solteiras e/ou viúvas, os pais viúvos, os irmãos órfãos e os parentes que extrapolaram os núcleos primários formados por esposos ou pais e filhos”. (Ibid, 1997, p. 87)

O que surpreende são as demonstrações apenas dos ‘rebentos’ sobreviventes. Em especial, há uma rica análise do cruzamento de dados da mortalidade infantil e as relações destas crianças. Vale destacar: sete em cada dez crianças, do nascimento até os 4 anos, conviviam com pai e/ou mãe; entre 5 e 9 anos, a proporção chegava a oito em cada dez¹³.

¹² A depender da configuração da família, era comum nomear as crianças a partir do nome dos padrinhos.

¹³ Não importando o critério adotado, o índice na análise dos dados sempre aponta para uma menor taxa de crianças de até 4 anos.



No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

José Cardoso dos Santos								
Faixa etária	Número de escravos	Número de infantes ligados aos irmãos ou pais e/ou mães	Número de infantes ligados a qualquer parente	A	B	C	D	E
0-4	25	18	22	3	13	8	0	1
5-9	38	29	37	1	23	9	1	4
10-14	25	16	21	4	13	4	0	3
Total	88	60	80	8	39	21	1	5

Pascoal Cosme dos Reis								
Faixa etária	Número de escravos	Número de infantes ligados aos irmãos ou pais e/ou mães	Número de infantes ligados a qualquer parente	A	B	C	D	E
0-4	51	51	51	0	17	3	31	0
5-9	34	34	34	0	6	1	21	6
10-14	44	44	44	1	8	1	28	6
Total	129	129	129	1	31	5	80	12

Tabela 3 - Variação dos tipos de família a que pertenciam os infantes dos plantéis de José Cardoso dos Santos (1815) e Pascoal Cosme dos Reis (1852). Fonte: Florentino, 1997.

Das entradas, do tráfico interno, das conclusões

Encerro esta análise com aquele que foi o primeiro artigo ao qual obtive contato do tema da criança escrava como fonte histórica e o qual me motivou a produção do presente trabalho. O texto, no entanto, foi a última produção de Florentino sobre infantes cativos. Publicado em conjunto com Valêncio Villa, este ensaio dos pesquisadores referidos anteriormente apresenta um levantamento de dados sobre o tráfico interno e pouco disserta sobre uma efetiva explicitação da lógica do tráfico interno de escravos e o papel das crianças escravizadas dentro desse cenário.

O foco desta publicação, acredito que tenha sido sinalizar possíveis caminhos para ao suscitar um debate que ainda possui diversas lacunas, a questão do comércio interno de escravos, que por si só é um tema recente dentro da historiografia sobre a escravidão. De produção mais tímida ainda, ou quase inexistente, estão as crianças. O grande diferencial

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

deste trabalho, é a nova possibilidade de fonte, os Passaportes produzidos pela Intendência Geral da Corte. Disponíveis a partir do Arquivo Nacional, o recorte temporal possível, pelas fontes circunda os anos de 1809-1834.

Fato é que a proposição de se voltar ao tráfico interno de escravas no momento inerente a proibição do tráfico transatlântico, abre um novo leque de possibilidades para pesquisa, destaco especialmente a necessidade de que a historiografia se amplie a respeito da microeconomia da escravidão.

A historiografia da escravidão no Brasil, está em constante expansão e aprofundamento, analisar as contribuições de Manolo Garcia Florentino, promovem um ponto de partida essencial para debates contemporâneos da História. Ao longo de sua trajetória acadêmica Florentino, propôs inovações e perspectivas antes pouco exploradas pelos historiadores que tratam do tráfico atlântico. As obras aqui abordadas, *Em Costas Negras*, *A Paz das senzalas* e os artigos produzidos em co-autoria, introduzem dados e reflexões fundamentais, ainda que o foco nas crianças em um primeiro plano pareça secundário, o esforço apresentado ressalta a necessidade de investigações melhor direcionadas.

Compreender o papel da criança escrava, tanto no contexto demográfico quanto no econômico, emerge como um dos aspectos da complexidade na obra de Florentino. Considerando os dados e análises apresentados, as obras de Florentino representam não apenas um marco historiográfico, mas um convite à ampliação no campo de pesquisa, nas palavras do próprio autor, “o conhecimento histórico é por natureza e inteligência, uma empresa coletiva.” (FLORENTINO, 1997, p. 39). A lacuna

**No rastro da criança escrava:
os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino**

Mariana de Oliveira Lima

existente sobre a criança como objeto de atenção da História, reforça a urgência de investigações que aprofundem a relação entre escravidão, infância e a estrutura social no Brasil, compreender a criança como tema historiográfico é destrinchar o adulto em gestação, conhecendo a infância, abre-se espaço para compreender aquele que será.

Florentino, nos deixa assim, um importante legado: a demonstração de que, mesmo em áreas amplamente estudadas, ainda há espaço para inovações que desafiem silêncios e construam novas perspectivas para melhor compreender o passado escravista.

**No rastro da criança escrava:
os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino**
Mariana de Oliveira Lima

REFERÊNCIAS

Fontes

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-1850. São Paulo: Editora UNESP, 2017. 1ª Edição: 1997.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. de. Crianças Escravas, Crianças dos Escravos. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, p. 177-191, 2007, 1º edição 1999.

Bibliografia

BOSCARO, Ana Paula Dutra. Sociedade traficante: o comércio interno de escravos no centro-sul brasileiro e suas conexões na primeira metade do século XIX. Juiz de Fora, Minas Gerais, 2021.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo. Recife, 1822-1850. 2a. ed. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2010

CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978;

CONRAD, Robert. Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; GRINBERG, Keila. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. Mundos do Trabalho, v. 13, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2021.e79922>. Acesso em: jun. 2024.

OLIVEIRA, R. D. A criança negra escravizada no Brasil: aproximações

No rastro da criança escrava: os percursos do historiador de Manolo Garcia Florentino

Mariana de Oliveira Lima

teóricas, tramas historiográficas. *Revista Outras Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 4-24, 2014. Disponível em:<https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/110>. Acesso em: 29 out. 2024.

RODRIGUES, Jaime. O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Ed.UNICAMP//CECULT, 2000.

SARAIVA, Luiz Fernando; SANTOS, Silvana Andrade dos; PESSOA, Thiago Campos. Tráfico & traficantes na ilegalidade: o comércio proibido de escravos para o Brasil (c. 1831-1850). São Paulo: Hucitec, 2021

VALENCIA VILLA, C. E; FLORENTINO, M. As crianças na dinâmica do tráfico interno de escravos a partir da cidade do Rio de Janeiro (1809-1834). Afro-Ásia, n. 61, 2020, p. 7-36. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i61.36846>.

VALENCIA VILLA, C.; FLORENTINO, M.. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História* (São Paulo), v. 35, p. 78, 2016.

Gráficos

Gráfico 1: VALENCIA VILLA, C. E. FLORENTINO, M. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História* (São Paulo), v.35, n. 78, 2016, p. 9.

Tabelas

Tabela 1: VALENCIA VILLA, C. E. FLORENTINO, M. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História* (São Paulo), v.35, n. 78, 2016, p. 12.

Tabela 2: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. 1^a Edição: 1997, p. 56.

Tabela 3: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. 1^a Edição: 1997, p. 187.